



[Fala.BR] Manifestação 03002.000369/2026-38 Registrada

1 mensagem

<nao-responder.falabr@cgu.gov.br>
Para: matria.assoc@gmail.com

qua., 6 de mai. de 2026 às 16:19

Prezado(a) Sr(a) MATRIA - MULHERES ASSOCIADAS, MAES E TRABALHADORAS DO BRASIL,

Sua manifestação foi registrada no **Fala.BR** com sucesso, conforme as informações abaixo. Para acompanhar o andamento da sua manifestação, acesse o sistema e utilize a opção "Ouvidoria/Minhas Manifestações".

Dados da manifestação:

Protocolo: 03002.000369/2026-38

Órgão ou Entidade: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Cidadão: MATRIA - MULHERES ASSOCIADAS, MAES E TRABALHADORAS DO BRASIL

Tipo de Manifestação: Sugestão

Prazo para Atendimento: 08/06/2026

Descrição da Manifestação: Sugestões de revisão técnica ao estudo "A inserção das pessoas trans no assalariamento formal"

A MATRIA – Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil, no exercício de sua atuação em análise de políticas públicas, encomendou avaliação técnica independente com o objetivo de contribuir para o aprimoramento metodológico e interpretativo do estudo elaborado pelo IPEA.

<https://associacaomatria.com/analise-ipea-empregabilidade-populacao-trans/>

Considerando a relevância institucional do Instituto e o impacto potencial de seus estudos na formulação de políticas públicas, apresentamos, a seguir, sugestões de revisão voltadas ao fortalecimento da robustez analítica, transparência e precisão das conclusões.

Aperfeiçoamento da definição da população analisada

Recomenda-se explicitar de forma mais rigorosa os critérios utilizados para identificação da população trans, reconhecendo expressamente as limitações decorrentes do uso de registros administrativos (como CPF e RAIS).

Sugere-se, em especial:

- delimitar claramente que a amostra representa um subconjunto específico (indivíduos com alterações cadastrais recentes ou uso de nome social);
- evitar generalizações para a população trans como um todo;
- incluir discussão mais aprofundada sobre a validade dessa proxy como medida de identidade de gênero.

Tratamento das limitações das bases de dados

Dado que bases administrativas apresentam problemas conhecidos (incompletude, inconsistências e ausência de histórico), recomenda-se:

- explicitar de forma mais detalhada as limitações das bases utilizadas;
- incorporar análises de sensibilidade que demonstrem o impacto dessas limitações nos resultados;
- qualificar as conclusões à luz dessas restrições.

Controle de viés de seleção, especialmente etário

A concentração da amostra em faixas etárias mais jovens pode afetar diretamente os resultados de renda e inserção ocupacional.

Nesse sentido, sugere-se:

- incluir controles estatísticos para idade;
- apresentar análises estratificadas por faixa etária;
- discutir explicitamente o potencial viés de ciclo de vida na interpretação dos resultados.

Diferenciação entre alteração cadastral e identidade de gênero

Recomenda-se maior cautela na interpretação de alterações cadastrais como indicativo direto de identidade de gênero.

Sugere-se:

- reconhecer a possibilidade de múltiplas motivações para alterações em registros (incluindo correções administrativas);
- discutir as limitações dessa inferência como proxy analítica;
- avaliar estratégias alternativas ou complementares de identificação.

Inclusão de controles estatísticos adequados

Para sustentar inferências sobre desigualdade ou discriminação, é fundamental controlar variáveis relevantes.

Recomenda-se:

- incorporar modelos estatísticos multivariados;

- controlar, no mínimo, por idade, escolaridade, setor de atividade e tipo de vínculo;
- evitar interpretações causais diretas na ausência desses controles.

Revisão do uso de dados secundários e estatísticas amplamente divulgadas

Sugere-se maior rigor na seleção e utilização de dados externos, especialmente aqueles amplamente difundidos, mas com base empírica limitada.

Recomenda-se:

- explicitar as fontes e o grau de confiabilidade das estatísticas utilizadas;
- identificar de forma clara quando os dados decorrem de levantamentos não probabilísticos, pesquisas de conveniência ou relatórios produzidos por organizações militantes ou de advocacy;
- esclarecer, especificamente, que parte das informações utilizadas decorre de levantamento da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), produzido a partir de questionários e redes de ativismo, com limitações reconhecidas de representatividade e generalização estatística;
- evitar a reprodução de dados sem validação empírica consistente;
- qualificar o uso dessas informações no corpo do texto.

Adequação das conclusões ao escopo da amostra

Diante das limitações metodológicas identificadas, recomenda-se:

- ajustar a redação das conclusões para refletir com maior precisão o escopo da amostra analisada;
- evitar a apresentação dos resultados como representativos da população trans brasileira como um todo;
- explicitar que os achados se referem a um grupo específico, com características próprias (como maior interação com registros administrativos e perfil etário mais jovem).

Consideração final

As sugestões apresentadas têm como objetivo contribuir para o fortalecimento da qualidade técnica do estudo, promovendo maior precisão analítica e transparência metodológica.

A produção de conhecimento robusto, especialmente em temas sensíveis e de alto impacto em políticas públicas, exige rigor na definição de categorias, cautela nas inferências e clareza quanto às limitações dos dados utilizados.

Agradecemos a sua participação.

[Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação](#)

Mensagem automática

Favor não responder a este e-mail.